



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
PPH - Programa de Mestrado em História

O PARTIDO E A GUERRILHA: O PENSAMENTO POLÍTICO DE CARLOS MARIGHELLA

17 de Junho de 2009

MARINGÁ

2009

Autor: *Wagner dos Santos Soares*, é especialista em História e Sociedade pela Universidade Estadual de Maringá, aluno não regular do Programa de pós-graduação de História em nível de Mestrado, na linha de História e Movimentos Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Este trabalho é em parte, e com alterações, resultado da pesquisa realizada, e apresentada como conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização em História e sociedade da Universidade Estadual de Maringá.

Buscou-se realizar uma análise da trajetória e pensamento de Carlos Marighella, nos seus últimos anos de vida, quando fundou e liderou a ALN, Ação Libertadora Nacional. ALN se destacou das demais organizações da esquerda guerrilheira por seu militarismo, antiteoricismo e também por ter rejeitado os princípios organizativos da esquerda tradicional.

Objetivou-se com essa pesquisa analisar as rupturas e continuidades no pensamento de Marighella sobre o partido enquanto vanguarda revolucionária.

Este ano quando se completará 40 anos do assassinato de Carlos Marighella cabe a historiografia lançar novas luzes sobre essa figura, que se tornou um dos principais símbolos de um período da História do Brasil. Foi com esse objetivo que apresentamos os resultados desse trabalho em forma de comunicação oral.

Este trabalho procurou ser mais uma contribuição aos estudos da esquerda brasileira, em especial a esquerda que pegou em armas durante as décadas de 1960 e 1970 e tinha como objetivo a derrocada por meio revolucionário da ditadura militar e a implementação, com as devidos nuances, do socialismo no Brasil.

TEMA DE REFERÊNCIA

1. História política: práticas, idéias e instituições.

INTRODUÇÃO

Após o golpe militar de 1964 o PCB, então a principal força de esquerda no país, passou por uma profunda crise. Caracterizada pela defesa das reformas de base e pelo apoio ao governo de Jango, a direção do PCB passou a sofrer forte oposição interna; concretizada a derrota de 1964, muitos de seus dirigentes passaram a defender uma mudança radical na postura do PCB que deveria substituir o pacifismo e passividade por ações armadas concretas contra o regime.

Após tentar sem sucesso modificar a linha política do PCB, a oposição interna foi derrotada e seus principais dirigentes foram expulsos. A partir desse momento os movimentos de esquerda se fragmentaram em dezenas de novos grupos e organizações que passaram a compor aquilo que Aarão Reis Filho (1985, p.7) chamou de nova esquerda, que segundo sua definição seria:

Organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro – PCB – e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista.

Nesse processo de luta interna duas foram as organizações lideradas por antigos comunistas que mais tiraram militantes do PCB em todo o país: a Ação Libertadora Nacional , ALN de Carlos Marighella e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, liderado por Mário Alves e Apolônio de Carvalho.

Também surgidas no interior do PCB as chamadas dissidências estudantis acabaram gerando novas organizações armadas. A dissidência da Guanabara se intitulou MR-8, movimento revolucionário 8 de outubro e a dissidência de São Paulo se incorporou a ALN.

Outras organizações de esquerda também sofreram com rachas e rupturas. Do PC do B, Partido Comunista do Brasil, surge a Ala vermelha , de um racha da POLOP, Política Operária, saiu um grupo que se reuniria com militares egressos do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário, para fundar a VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, isso para ficarmos apenas em alguns exemplos.

Essa proliferação de siglas e organizações se explica pela análise recorrente em setores majoritários na chamada nova esquerda. Estes acusavam o fracasso dos

projetos das organizações existentes antes do golpe e não concordavam com seu permanente imobilismo.

Essas organizações eram em sua maioria adeptas da luta armada, tática que previa a implementação da guerra de guerrilhas nas cidades e no campo. As fontes de inspiração dessas organizações eram o processo revolucionário cubano (caso da ALN, VPR, MR-8) e a revolução chinesa (Ação Popular e PC do B)

A ALN se destacou das demais organizações por ser umas das mais atuantes e militaristas organizações do período. Sua concepção de organização era totalmente oposta a forma tradicional de partido, centralizado e hierarquizado, do qual o PCB era o principal exemplo no Brasil.

A aversão da ALN aos debates teóricos e a defesa da primazia da ação revolucionária a separou de organizações surgidas no mesmo contexto, caso do PCBR, que preferiu a construção de um partido nos moldes comunistas tradicional.

Acima de tudo a ALN teve e tem seu nome associado a figura e imagem de seu principal líder e fundador, Carlos Marighella , cujo carisma e histórico de luta , catapultaram a ALN a condição de organização mais atingida pela repressão e o próprio Marighella a se tornar o “inimigo público número 1” do regime militar.

A década de 1960 foi marcada por novas perspectivas para o socialismo na América Latina, o caminho armado era apresentado como alternativa para a tomada do poder. Do ponto de vista teórico e organizativo, as guerrilhas, sob inspiração cubana, acreditavam ter ocupado o papel antes reservado aos partidos comunistas tradicionais: o papel de vanguarda da revolução.

Segundo Juan Carlos Portantiero, a década de 1960 foi um marco para o socialismo na América Latina, pois foi nesse período que se inicia uma nova etapa. Seria esse um momento marcado pela revolução cubana e pela força de suas idéias sintetizadas no “castrismo”, uma fusão de nacionalismo e socialismo, e no “guevarismo”, inspiração de ação política (Portantiero, 1983, p. 339).

Coube ao filósofo francês, Régis Debray, o papel de formulador de uma nova teoria que tentava explicar e sistematizar a experiência cubana. Debray criou a teoria do foco revolucionário, uma simplificação extrema do riquíssimo e complexo processo revolucionário cubano.

Na visão de Debray a principal novidade da revolução cubana teria sido o papel exercido pela guerra de guerrilhas. Segundo a teoria do foco revolucionário a guerrilha era alçada a condição de linha política primordial para a derrubada do poder capitalista. O exemplo cubano teria demonstrado que, nas condições que se encontrava a América Latina, somente a guerrilha criada a partir de um foco, pequeno grupo de combatentes isolados, encontraria condições objetivas de se tornar a

principal força política para, no momento certo, após anos de acúmulo, tornar-se núcleo do exército rebelde e do futuro estado socialista (Debray, 1967, p. 12)

Para Debray, a revolução latino-americana e sua vanguarda, a revolução cubana, realizaram um avanço em relação à experiência revolucionária internacional e ao marxismo-leninismo. Não havia mais razão de fazer a separação entre a instância política e militar, a guerrilha formaria um “todo orgânico” (Debray, 1967)

Debray afirmava que a guerra de guerrilha havia se transformado em um instrumento de novo tipo e não teria mais sentido se apegar a antigas formulas.

Segundo ele, a idéia anterior de que a guerrilha seria o braço armado de um partido ou frente política estava superada. A guerrilha passava a condição de “partido em gestação”. Na formulação de Debray a guerrilha toma o lugar do partido no seu papel de vanguarda. Para Debray: “uma guerrilha não pode se desenvolver sem que se converta em vanguarda política” ou ainda a guerrilha seria “um pequeno motor pondo em marcha o grande motor das massas” (Debray, 1967, p. 85-87)

O rompimento com o modelo tradicional de partido de vanguarda era contundente. A guerrilha era a nova vanguarda, o partido em gestação, núcleo do futuro estado socialista. Segundo a teoria do foco, se manter na defesa do partido seria se apegar a uma estrutura já superada pela experiência cubana.

Cuba clamava aos revolucionários latino americanos: era o momento de pegar em armas e transformar a América Latina, segundo a expressão de Che Guevara, em “um, dois, três Vietnãs”. Nesse contexto, Cuba organiza a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), uma tentativa de tirar o regime do isolamento em que se encontrava ,buscando apoio político ao projeto cubano de revolução continental.

A disputa em torno de quem caberia o papel de vanguarda política e o desprezo ao partido demonstrado nos escritos de Debray e Che Guevara garantiram uma oposição aberta entre o projeto de revolução continental representado pela OLAS e os Partidos Comunistas Latino-americanos. A isso se somava o fato de A União Soviética defender à época a coexistência pacífica com o bloco capitalista, o que, obviamente , acabava afastando a luta armada como forma de luta.

O PCB recebeu convite para participar da OLAS, no entanto, se negou a mandar representantes. Carlos Marighella, mesmo contra as orientações partidárias, compareceu afirmando que: “um revolucionário não precisa pedir licença a ninguém para fazer a revolução”. A direção do PCB recebeu a notícia como insubordinação, expulsando o dirigente de suas fileiras.

O desligamento acelerou o processo de ruptura. Militantes e dirigentes em solidariedade a Marighella também deixaram o PCB.

Em torno de Marighella um grupo de dirigentes, dentre eles Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, formaram o Agrupamento Comunista de São Paulo, embrião da futura Ação Libertadora Nacional.

Qual o papel do partido revolucionário na concepção de Marighella e da ALN? O comparecimento de Marighella a OLAS atesta sua adesão as teses de Debray e Che Guevara sobre o foco revolucionário? A rejeição a construção de um novo partido nos moldes tradicionais é um mero decalque das resoluções da OLAS?

O objetivo desse trabalho foi analisar como se deu o processo de rompimento de Carlos Marighella com o PCB.

METODOLOGIA

Para isso fez-se necessário constatar qual era a concepção de partido de Marighella em seus últimos anos de vida. O recorte histórico realizado por essa análise vai desde suas divergências com a linha política ditada pelo Comitê Central do PCB, seu rompimento para fundar a ALN, até seu assassinato em novembro de 1969.

Para realizar esse debate utilizou-se como fonte primárias os seguintes textos de autoria de Carlos Marighella:

- Por que resisti a prisão (1964)
- A crise brasileira (1964)
- carta à executiva (1966)
- Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil (1967)
- Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo (1968)
- Sobre a organização dos revolucionários (1969)

Utilizando os escritos de Carlos Marighella deste período foi possível analisar de que forma a ruptura e também as permanências aparecem no discurso do líder da ALN. Do rompimento com o PCB à decisão de se fundar uma nova organização revolucionária, das concepções teóricas à realidade concreta da luta armada.

Buscou-se analisar quais eram os argumentos utilizados pela direção da ALN para justificar o rompimento com o modelo tradicional representado pelo PCB e se legitimar historicamente enquanto nova organização revolucionária.

RESULTADOS

Com a pesquisa realizada foi possível chegar a alguns resultados. O primeiro deles é que somente é possível compreender o personagem histórico Carlos Marighella compreendendo também todos os contextos históricos pelo qual ele viveu. Em especial, para nós ficou nítido que a decisão de rompimento com o PCB e posterior formação da ALN, organização guerrilheira militarista, voluntarista, está intrinsecamente ligada ao contexto histórico agitado e renovador, característicos da década de 1960.

Marighella foi influenciado pelo contexto histórico, que demonstrou a ele a necessidade de novos caminhos, novos rumos para a revolução socialista. Essas necessidades pareciam não encontrar respostas na estrutura pesada e burocrática do Partido Comunista.

Nascido na Bahia, Militante do PCB desde a juventude, enfrentou os cárceres do Estado Novo, sendo torturado barbaramente. Deixando a prisão, foi eleito deputado federal pelo PCB, foi um dos mais atuantes e combativos em uma bancada de quatorze deputados e um senador. Esse foi um dos poucos momentos de legalidade do PCB, logo no início da Guerra Fria, os comunistas tiveram seus mandatos cassados sendo o partido novamente declarado ilegal.

Novamente na ilegalidade os militantes retomam a luta clandestina. Marighella mais uma vez, homem de partido que era, participou ativamente das atividades partidárias. Forjado enquanto militante no auge do stalinismo teria chorado quando o relatório Krushev veio a público em 1956,

Formou ao lado daqueles que redigiram a Declaração de Março, documento que propunha expurgar os métodos e práticas stalinistas no interior do partido, apontando um novo caminho para o PCB. Com o documento aprovado, o PCB abandonou o sectarismo do período anterior para defender a necessidade de reformas estruturais e alianças para enfrentar o latifúndio e o imperialismo, tidos como os principais entraves para o desenvolvimento do país. A revolução continuava sendo em duas etapas: a primeira nacional e a segunda socialista, sem o pleno desenvolvimento capitalista a revolução proletária estaria permanentemente obstruída.

Com o golpe de 1964 o caminho traçado pelo PCB foi interrompido, Os militantes agora perguntavam: Teria a direção partidária ido longe demais na política de alianças? O PCB, de vanguarda da classe operária se transformou em mero boneco nas mãos da sempre títubeante burguesia nacional, representada pelo governo Jango?

A essas perguntas os protagonistas do período deram respostas a partir de diferentes leituras da realidade concreta.

O processo de Marighella com o PCB foi gradual. O surgimento da ALN é o resultado direto da luta interna no PCB, da situação em que o país se encontrava sob a ditadura militar, e de uma avaliação de setores da esquerda que acreditavam que o Brasil havia atingido um ponto de estagnação. Somente um processo revolucionário seria capaz de retirar o país da crise.

Nos seus dois primeiros escritos após o golpe, **Por que resisti a prisão** (1965) e **a Crise brasileira** (1966) podemos encontrar os primeiros passos de Marighella em direção ao rompimento ocorrido em 1967. Discutiremos a seguir questões centrais dos textos acima citados.

Nesses escritos, pela primeira vez, Marighella discorda publicamente da direção do PCB. Acusando-a de ser a responsável pela paralisia dos comunistas no momento do golpe, ao atrelar o partido a burguesia nacional, representada pelo governo Goulart.

Propõe à resistência a ditadura. O instrumento seria uma frente única, formada por operários, camponeses, pequena burguesia e a burguesia nacional. O caráter da luta seria de libertação nacional.

Os inimigos a serem derrotados: o imperialismo norte-americano e seu aliado o latifúndio, cujo maior interesse era impedir o pleno desenvolvimento brasileiro.

A forma de organização responsável pela direção desse processo continuava sendo o PCB, sendo que a guerra de guerrilha não passava de uma forma complementar de luta.

O rompimento com o PCB ocorre em 1967, após a participação de Marighella na OLAS. Porém antes, em a **Carta á executiva** (1966) Marighella evidencia seu descontentamento com o partido e sua direção.

Marighella pede demissão da executiva do PCB e inúmeras as razões para sua decisão: a paralisia do partido, a falta de ação da direção, a interdição ao livre debate.

Para Marighella o estado vivido pelo Partido Comunista Brasileiro devia-se a influencia da ideologia burguesa. Segundo ele o PCB valorizava a luta pacifica e os processos eleitorais em detrimento do marxismo-leninismo e do papel de vanguarda que deveria ser exercido pelo PCB.

É bom que se explique que a direção do PCB, após manobras e expulsões dos descontentes, conseguira impor sua linha partidária, que continuava a defender a prioridade da aliança com a burguesia nacional na luta contra o imperialismo e o latifúndio. De acordo com a direção do PCB a ditadura deveria ser combatida por meios pacíficos, greves, manifestações e apoio a oposição legalmente existente. A tática era isolar os radicais do regime, para assim enfraquecer a ditadura e retomar a democracia existente no pré-1964.

A direção do PCB não via condições concretas para a luta armada e a revolução socialista a curto prazo. A luta deveria ser focada nas reformas estruturais, que abririam, de forma gradual, caminho a seus objetivos socialistas.

Marighella ao contrário apontava em sua carta de demissão a necessidade da luta armada, para libertar o país do latifúndio e o imperialismo, derrotando os militares e seus aliados no poder. O PCB estava superado uma vez que já não cumpria seu papel de vanguarda revolucionária.

Nos seus escritos seguintes prossegue justificando sua opção pela luta armada e aponta que tipo de organização seria necessária para iniciar a luta.

Em 1968, escreve **algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil** onde podemos destacar dois aspectos: A defesa da guerra de guerrilhas como instrumento mais adequado para o momento existente na América Latina e o apoio a Revolução cubana por meio da luta armada em todo o continente.

Sobre o primeiro aspecto Marighella afirma que a luta guerrilheira deveria partir do nada. Que de um grupo inicial de combatentes se formaria o exercito revolucionário popular.

A respeito da importância da revolução cubana, esta teria sido responsável por uma importante contribuição ao marxismo-leninismo, ao demonstrar a possibilidade de se conquistar o poder por meio da guerra de guerrilhas.

Nos textos **Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo** (1968) e **Sobre a organização dos revolucionários** (1969), Marighella se concentra em expor que tipo de organização seria necessária para a luta revolucionária.

As ações nas cidades haviam se iniciado ainda em 1967, se tornando mais constantes após o AI-5 em 1968. Destacavam-se a ALN, a VPR, MR-8 nessas ações. Esses agrupamentos, com as devidas nuances de concepções teóricas, buscavam na guerrilha urbana, assaltos a bancos, ataques ligadas as forças da ditadura, seqüestros de

diplomatas, uma fase inicial da luta armada, que serviria como preparação e arrecadação de recursos para o embate decisivo que se daria no campo, a chamada guerrilha rural.

Marighella expõe seus argumentos contrários a formação de um novo partido, dentre eles destacamos: a) a necessidade de um instrumento de tipo novo, uma vez que as estruturas tradicionais estariam superadas; b) essa organização de vanguarda deveria ser clandestina, flexível e de fácil mobilidade; c) a nova estratégia deveria se basear exclusivamente na ação, não em debates e discussões teóricas.

A ALN era essa organização, que deveria ser construída baseando-se em alguns princípios: O primeiro deles, a ação faz a vanguarda, os dirigentes e a própria organização se formariam durante a luta revolucionária. O segundo, o dever de todo revolucionário é fazer a revolução. O terceiro princípio, Um revolucionário não precisa pedir licença a ninguém para fazer a revolução.

Em setembro de 1969 acontece a maior ação realizada pela guerrilha urbana no Brasil, a ALN e o MR-8, seqüestram o embaixador dos Estados Unidos. A ação aparentemente é um sucesso, uma vez que todas as exigências dos guerrilheiros são aceitas: divulgação de um manifesto a nação e a libertação de 15 presos políticos enviados ao México.

No entanto, a repressão é brutal, e a ALN é atingida de forma contundente. A maioria dos participantes do seqüestro e os membros dos chamados grupos táticos armados (GTA), responsáveis pelas ações armadas da ALN nas cidades, são presos. Setores de apoio da ALN, como os dominicanos, também são atingidos. Em novembro de 1969 o próprio Marighella é localizado e assassinado, em uma emboscada preparada pela polícia paulista.

O maior líder e teórico da ALN foi morto no momento em que preparava a retirada da organização para o campo. Marighella acreditava que o cerco da repressão havia se fechado. Tornava-se necessário iniciar a guerra de guerrilhas na área rural.

Nos anos que se seguiram ao assassinato de seu maior líder, a ALN foi destruída pela ditadura, seus principais líderes presos e mortos. A partir de 1973 a Ação Libertadora Nacional deixou de existir, sem que sua guerrilha rural tivesse ao menos se iniciado.

CONCLUSÃO

Na pesquisa realizada podemos afirmar que a ruptura de Marighella com o PCB e com a concepção tradicional de organização partidária ocorreu de forma gradual, e que para entender essa ruptura é necessária entender seu contexto histórico: o fracasso dos projetos da esquerda no período pré-64. A derrota sem resistência diante da ascensão do regime militar. A encruzilhada que aparentava viver a esquerda: o que fazer diante a derrota.

A isso se soma uma análise que se mostrou equivocada a respeito da impossibilidade de crescimento do Brasil, submetido ao latifúndio e o imperialismo.

Internacionalmente, a revolução cubana parecia trazer uma possibilidade real, onde o processo revolucionário não dependeria de um partido, burocratizado e ineficiente. A guerrilha aparecia como um novo instrumento, mais eficaz diante das necessidades históricas.

Marighella, assim como muitos que tomaram a decisão de ingressar na luta armada, estavam submetidos a condições históricas concretas, onde as possibilidades de respostas eram encontradas dentro de um horizonte limitado pelo contexto histórico, como não poderia deixar de ser.

Isso não quer dizer que não devamos ter um olhar crítico sobre aqueles acontecimentos, ao contrário a análise da história deve levar em conta os discursos e a realidade concreta de cada período.

Marighella, sujeito histórico que era, buscou soluções para os problemas de seu tempo, se utilizando dos instrumentos existentes em sua época. Foi militante nos anos trinta, sofreu com a prisão durante o Estado Novo, foi eleito deputado federal quando da democratização, foi stalinista quando isso era sinônimo de ser comunista, chorou quando das revelações do relatório Krushev, defendeu as reformas no interior do PCB e de estrutura no Brasil, optou pela luta armada diante da ditadura militar.

Marighella viveu uma vida de lutas, se posicionou, acertou, se equivocou, tudo de acordo com as possibilidades de seu tempo. Porém o papel do historiador não é julgar, e sim analisar a história como ela ocorreu e não como poderia, ou deveria ter ocorrido.

Palavras-chave: Ação Libertadora Nacional; Carlos Marighella, Ditadura Militar brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEBRAY, R. Revolução na revolução? São Paulo: latino-americana, 1967.

FREI BETTO. Batismo de sangue. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

GORENDER, J. Combate nas trevas. A esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

JOSÉ, E. Carlos Marighella: O inimigo número um da ditadura militar. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

MARIGHELLA, C. Escritos de Carlos Marighella. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

PORTANTIERO, J.C. O marxismo latino-americano. In: HOBSBAWN, E. (org.). História do marxismo. Rio

REIS FILHO, D. A. Imagens da Revolução: documentos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Unesp, 1993.